Processo C-4/03

Gesellschaft für Antriebstechnik mbH & Co. KG

contra

Lamellen und Kupplungsbau Beteiligungs KG

(pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Oberlandesgericht Düsseldorf)

«Convenção de Bruxelas — Artigo 16.º, n.º 4 — Litígios em matéria de inscrição ou de validade de patentes — Competência exclusiva do Estado de depósito ou de registo — Acção declarativa de não contrafacção — Questão da validade da patente suscitada a título incidental»

Conclusões do advogado-geral L. A. Geelhoed apresentadas em 16 de Setembro de 2004 I - 6511
Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 13 de Julho de 2006 . . . I - 6523

Sumário do acórdão

Convenção relativa à competência jurisdicional e à execução de decisões — Competências exclusivas — Litígios «em matéria de inscrição ou de validade de patentes»

(Convenção de 27 Setembro de 1968, artigo 16.º, n.º 4)

O artigo 16.º, n.º 4, da Convenção de 27 de Setembro de 1968 relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial, alterada, em último lugar, pela Convenção de 29 de Novembro de 1996 relativa à adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia, deve ser interpretado no sentido de que a regra de competência exclusiva que estabelece abrange todos os litígios relativos à inscrição ou à validade de uma patente, quer a questão seja suscitada por via de acção quer por via de excepção. Com efeito, por um lado, permitir ao juiz perante o qual tiver sido proposta uma acção principal relativa a uma patente, como uma acção por contrafacção ou uma acção declarativa de não contrafacção declarar, a título incidental, a nulidade da patente em causa prejudicaria a natureza imperativa da regra de competência prevista nesta disposi-

ção e contornaria o seu carácter imperativo. Por outro, a possibilidade assim oferecida conduziria a uma multiplicação dos foros competentes e seria susceptível de afectar a previsibilidade das regras de competência estabelecidas pela Convenção e, por conseguinte, o princípio da segurança jurídica enquanto fundamento dessa Convenção. Por último, a admissão, no sistema da Convenção, de decisões em que órgãos jurisdicionais, que não os do Estado de concessão de uma patente, decidem a título incidental sobre a validade dessa patente multiplicaria igualmente o risco de decisões contraditórias que a Convenção visa precisamente evitar.

(cf. n.ºs 26-29, 31, disp.)